



Guerras cognitivas na arena eleitoral: uma obra maiúscula sobre o uso da desinformação no ambiente eleitoral



Volgane Oliveira Carvalho

Servidor da Justiça Eleitoral. Mestre em Direito pela PUCRS. Doutorando em Políticas Públicas pela UFPI. Coordenador Acadêmico da ABRADEP.

É um fato inconteste que hodiernamente as redes sociais, serviços de mensageria e outros canais digitais de comunicação as-senhoraram-se do monopólio da informação na nossa sociedade. Esse é um traço indelével do atual estágio da modernidade.

Dessa realidade, decorre um resultado indesejado, ao mesmo tempo em que se torna mais difícil averiguar a veracidade de uma informação que circula, torna-se muito mais fácil disseminar informações deliberadamente falseadas.

Diante disso, é inegável que um dos debates mais controversos do momento no cenário político diz respeito à influência da desinformação no ambiente eleitoral e quais as medidas jurídicas seriam adequadas para dar o necessário tratamento a esta realidade sem agredir direitos fundamentais como a liberdade de opinião e expressão do pensamento.

Nesse ambiente eleitoral, prenhe de tensões de lado a lado, teme-se uma sociedade dominada pela desinformação na mesma proporção do medo de uma atuação ativista do Poder Judiciário que pretenda moldar o discurso público.

O livro “Guerras cognitivas na arena eleitoral: o controle judicial da desinformação”, escrito em conjunto por Frederico Alvim, Rodrigo Zílio e Volgane Carvalho, pretende jogar luzes sobre a mata escura do uso da desinformação como instrumento de campanhas eleitorais.

A obra está dividida em oito capítulos. O primeiro deles apresenta um cuidadoso estudo acerca da informação e da participação democrática, desde a Antiguidade até os umbrais da atualidade. No segundo capítulo, discute-se acerca da liberdade de expressão e dos seus limites, apresentando alguns conceitos típicos

da atualidade: *fake news*, pós-verdade e desinformação. Cada uma dessas figuras é escrutinada, classificada e ordenada com a construção de uma verdadeira taxonomia delas.

O capítulo três centra foco na engenharia da desinformação, ou seja, analisa os seus meios de criação e difusão. No capítulo quatro, por seu turno, apresenta-se o cenário eleitoral, mais especificamente, as questões atinentes à propaganda eleitoral, seu conceito, princípios regentes e mecanismos de realização, bem como, a relação entre esta publicidade e o ambiente de desinformação e quais os caminhos para o seu enfretamento direto.

O quinto capítulo aponta a existência de espaços de incerteza na seara eleitoral em que não há plenitude acerca dos caminhos a serem adotados para que se possa resolver as lides decorrentes do uso da desinformação em um cenário nitidamente eleitoral. O sexto capítulo analisa o abuso de poder no ambiente digital verificando como e quando a desinformação assume tal papel e quais a consequências jurídicas disso.

Por fim nos capítulos derradeiros são analisados o direito de resposta e os crimes eleitorais que nascem a partir de eventos de difusão da desinformação em um contexto de um processo eleitoral em desenvolvimento.

Como visto, a obra entrega o que promete, ao realizar uma análise minuciosa do uso da desinformação em sede eleitoral e desenvolver argumentos para justificar o uso como armas legítimas de combate ao problema, de institutos como: o direito de resposta, o reconhecimento do abuso de poder no ambiente digital, as representações por ilícitos na propaganda e os crimes eleitorais.

Uma das conclusões que emergem desta produção, contudo, é que o combate à difusão de tais informações pela Justiça Eleitoral é uma tarefa difícil de ser cumprida e que raramente produzirá uma satisfação coletiva, ainda assim, tal mister é essencial para o correto andamento das eleições e, conseqüentemente, para a manutenção da saúde da democracia.

